



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 949 /2010

"ESTABELECE REGRAS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR PARA ESTE MUNICÍPIO. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL JURANDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o valor de R\$ 3.416,54 (Três Mil e Quatrocentos e Dezesseis Reais e Cinquenta e Quatro Centavos) para fins de fixação de obrigação de pequeno valor no âmbito deste Município de Juranda, em razão de condenação transitada em julgado.

Parágrafo único. Os valores serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Fica expressamente vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

Parágrafo único. É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista no caput deste artigo.

Art. 3º No momento da expedição da obrigação de pequeno valor, dela deverá ser abatido, a título de compensação, o valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública deste Município de Juranda, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

Art. 4º Os débitos de pequeno valor havidos em face da Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de condenações judiciais transitadas em julgado, dispensarão a expedição de precatório.

Art. 5º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 6º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 7º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "MESSIAS BRASIL"

Juranda, 25 de novembro de 2010

LEILA MIOTTO AMADEI

Prefeita Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 26/03/2019